

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Campanha Nacional de Registro de Nascimento

Constitui grata satisfação participar da cerimônia de lançamento da Campanha do Registro de Nascimento, tendo em vista a relevância do assunto no contexto social hodierno, no qual a cidadania é uma real preocupação dos poderes governamentais e um caro desejo dos brasileiros menos favorecidos.

Na verdade, não se poderia abordar o tema da Campanha sem, de imediato, associá-lo à cidadania, vontade maior do Estado democrático de direito e fundamento da República, inserta no inciso II do art. 1º da Constituição Federal.

Como se sabe, embora o artigo 30 da Lei nº 6.015/73, que trata da gratuidade do registro civil de nascimento, tenha sido alterado pela Lei nº 9.534 em dezembro de 1997, as estatísticas comprovam que, a cada ano, 1 milhão de crianças ainda permanece no anonimato por falta de registro civil. Assim, vai-se avolumando assustadoramente o número dos brasileiros que inexistem perante o Estado, ficando, pois, privados de usufruir os direitos civis e políticos, bem como isentos de cumprir os seus deveres para com o mesmo Estado.

Não é sem razão que altas autoridades e variadas instituições nacionais, além de organismos internacionais, estão empenhados nessa maratona em prol de tantos pobres e excluídos da sociedade organizada, no afã de promover o registro de, no mínimo, 1 milhão de crianças até 15 de dezembro, o que é louvável.

O Superior Tribunal de Justiça, consciente das suas responsabilidades perante a sociedade brasileira, tem sempre apoiado eventos e iniciativas dessa natureza. Como Corte da Federação a que cabe zelar pela autoridade e uniformidade interpretativa do direito federal, insere-se na vida nacional, porfiando pela harmonia social, pela consolidação da cidadania e, conseqüentemente, por melhores dias para os brasileiros, há tantos séculos esperados.

O mais importante nesse processo rumo à cidadania básica é que os Poderes da República e a própria coletividade posicionem-se, conforme o vêm fazendo, como participantes das exigências dos novos tempos, como agentes transformadores na busca de uma sociedade mais justa e mais humana, em que cada indivíduo tenha condições de exercer os direitos e responder pelas obrigações de que são titulares.

Esta solenidade, com objetivos tão nobres, constitui um ato patriótico. E Patriotismo é uma chama sagrada que deve ser mantida acesa por todos aqueles que amam o Brasil, autoridades e povo brasileiro.

Congratulo-me, portanto, com os promotores e participantes deste importante evento e os felicito, augurando que a consecução dos objetivos propostos sobrepuje todas as expectativas.

Muito obrigado.

* Discurso proferido em 9 de novembro de 1999 por ocasião da Cerimônia de lançamento da Campanha Nacional de Registro de Nascimento, no Auditório do STJ.